

Uma Monarquia Tradicional

**Imagens e Mecanismos da Política
no Portugal Seiscentista**

António Manuel Hespanha



**Imprensa
de Ciências
Sociais**

Índice

Abreviaturas	13
Prólogo	15
<i>Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim</i>	
Introdução	
Uma maneira de contar a história	45
Capítulo 1	
As estruturas políticas na época moderna	51
A ordem social como ordem natural	51
O individualismo	53
Um «Estado moderno»?	55
A especificidade da história política do Antigo Regime	70
Capítulo 2	
Tradicionalismo e inovação	83
Paradigmas políticos e tradições literárias	83
O corporativismo da Segunda Escolástica	88
A política católica	97
O pensamento político regalista	101
O absolutismo providencialista	103
A dissolução da mundividência política seiscentista	109

Capítulo 3

A questão constitucional	111
O que é a «Constituição» na primeira época moderna?	111
As cortes e o reino. Da «União» à «Restauração»	125
Uma rutura constitucional. Portugal e a política de Olivares.	172

Capítulo 4

Justiça, graça, economia e política	197
Justiça e governo	198
Justiça, graça, economia, política	201
Justiça, a tecnologia exemplar de governo	206

Capítulo 5

Centro e periferia na época moderna	211
O oficialato em Portugal nos meados do século xvii	211
O sistema «concelhio»	217
O sistema comunitário tradicional.	222
A administração da coroa.	230
As relações entre os três sistemas administrativos	234

Capítulo 6

Os forais na época moderna.	239
--	-----

Capítulo 7

As finanças portuguesas nos séculos xvii e xviii	259
Justiça e oportunidade na gestão financeira	259
Constrangimentos do cálculo financeiro	266
Constrangimentos morais e jurídicos.	267
Molduras ideológicas – o «reino» como «casa»	282
A «confusão» da fazenda e a dispersão orçamental	286
As receitas	289
O orçamento das despesas	330
Conclusões.	333

Capítulo 8	
Guerra e sistema de poder	335
O peso político da guerra	338
A milícia como fator de modernização política	345
A cultura militar entre disciplina e ética individual	352
Capítulo 9	
«Nação» e «reino». «União» e «Restauração»	357
Portugal na Monarquia dos Áustrias	358
A «Restauração» nos capítulos das Cortes de Lisboa de 1641	372
Capítulo 10	
O modelo político do império colonial português	419
A nova historiografia política dos «impérios»	419
O império e a metrópole	423
Um projeto colonial?	427
Dispersão e heterogeneidade institucionais	430
Metrópole e colónia	461
Um «Antigo Regime» nos «trópicos»?	466
Referências bibliográficas	481

Prólogo¹

Os textos reunidos por António Manuel Hespanha neste seu livro foram originalmente publicados sob a forma de artigos ou de capítulos de livros coletivos, bem como em formato *e-book*.² Além disso, foram elaborados ao longo de vários anos, por vezes em projetos separados, o que significa que a sua escrita decorreu em fases diferentes da trajetória do autor. Importa frisar que foi o próprio Hespanha a fazer a escolha destes textos, por considerar que, lidos em conjunto e de acordo com esta ordenação, eram capazes de dar uma sequência consistente à sua visão do que era a monarquia *tradicional* portuguesa. Nesse sentido, pode dizer-se que o resultado final faz jus ao pendor sistémico que o caracterizava, pois este livro articula um conjunto bastante amplo de temas e problemas centrais para o argumento que se pretende defender. Arriscamo-nos a dizer que o conjunto corresponde ao que Hespanha considerava necessário abordar para se entender, em profundidade, o sistema político do Antigo Regime.

¹ A leitura cuidadosa e comentários de Mafalda Soares da Cunha foi fundamental para este ensaio adquirir o seu formato final. Estamos profundamente agradecidos a esta colega e amiga que, só por modéstia sua, não figura como coautora do mesmo.

² António Manuel Hespanha, *Uma Monarquia Tradicional. Imagens e Mecanismos da Política no Portugal Seiscentista* (s.l.: Kindle edition, 2015).

O título deste volume também merece alguma reflexão. Antes de mais, importa dizer que ele foi escolhido pelo próprio António Hespanha. A palavra «monarquia» usa-a o autor numa das aceções que este termo tinha antes do século XIX: uma formação política vasta e heterogénea, encabeçada pelo rei e composta por uma pluralidade de entidades detentoras de faculdades governativas. Quanto ao qualificativo *tradicional*, não é de excluir que, para a sua escolha, tenha contribuído o facto de, nos tempos mais recentes, Hespanha se ter dedicado predominantemente ao constitucionalismo do século XIX. Dir-se-ia que pensou este volume como a primeira peça de um díptico que seria complementado pelo volume intitulado *Uma Monarquia Constitucional*.

Como veremos mais adiante, no modo de olhar de Hespanha predominam as estruturas e as permanências, e não tanto as conjunturas e as mudanças. Daí que a marcação cronológica dos fenómenos analisados – no título aparentemente circunscritos ao século XVII – seja algo difusa, englobando os séculos XVI e XVIII. Tal explica, também, que no retrato que efetua do universo político deste período compareçam muitas formas medievais de pensar a ordem social, a autoridade e o poder. Ao longo deste livro as mudanças não só não ocupam um lugar central, como são frequentemente apresentadas como fenómenos conjunturais e quase sempre pouco planificados. Acresce que, no retrato aqui apresentado, Hespanha aposta muito mais na persistência de alteridade, do que nas mudanças que anunciariam uma «época moderna».

Fundamentalmente porque, do ponto de vista do autor, o devir dessa sociedade não seguia qualquer plano ou trajetória rumo à modernidade, bem pelo contrário, era uma transformação frequentemente sinuosa, descontínua e pouco cumulativa. Nesse sentido, o Portugal desse tempo era muito pouco «moderno», na aceção que damos atualmente a este termo.

Esse é, aliás, um tema recorrente na vasta obra que Hespanha dedicou à arquitetura política do Portugal da «época moderna», na qual *Uma Monarquia Tradicional. Imagens e Mecanismos da Política no Portugal*

Seiscentista se inscreve. O mesmo argumento atravessa a *História da Instituições. Épocas Medieval e Moderna* (1982), o volume *La Gracia del derecho. Economía de la cultura en la época moderna* (1993), o paradigmático *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político em Portugal. Séc. XVII* (1988, 1994), bem como o volume 4 da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, *O Antigo Regime (1621-1807)* (1993), por ele coordenado. Todos estes livros tiveram um eco extraordinário, em Portugal e no estrangeiro, e provocaram uma ruptura no modo de fazer a história de Portugal da época moderna.³

Dialogando com estes livros, e, ainda, com o *Como os Juristas Viam o Mundo, 1550-1750* (2015) e o *Filhos da Terra. Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa* (2019),⁴ em *Uma Monarquia Tradicional*, usando as palavras do autor, «não raramente, o que surge é quase o contrário do que se imaginava encontrar» (p. 47). Apesar de muitos dos argumentos não serem inesperados para os leitores mais habituados ao seu modo de pensar, esta frase parece indiciar a intencionalidade de Hespanha – presente em toda a sua obra –, de contribuir para a desconstrução de algumas imagens que continuam a persistir quando se pensa no Portugal desse período, nomeadamente, como já foi mencionado anteriormente, a ideia de que a monarquia portuguesa era «moderna».

O objectivo principal do livro é explorar a consistência do modelo constitucional (i.e., os «elementos interpretativos para se entender a lógica de organização política e social da monarquia portuguesa dos séculos XVI a XVIII», p. 46) que operava entre os séculos XVI e XVIII em

³ António Manuel Hespanha, *História da Instituições. Épocas Medieval e Moderna* (Coimbra: Livraria Almedina, 1982), o volume *La Gracia del derecho. Economía de la cultura en la época moderna* (Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993), o paradigmático *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político em Portugal. Séc. XVII* (Coimbra: Almedina, 1994 [1988]), bem como o volume 4 da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, *O Antigo Regime (1621-1807)* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993).

⁴ António Manuel Hespanha, *Como os Juristas Viam o Mundo. 1550-1750. Direito, Estados, Coisas, Contratos, Ações e Crimes* (S.l.: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2015); *Filhos da Terra. Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa* (Lisboa: Tinta-da-china, 2019).